N.° do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
9838/2026	**10311/2026**	**06/05/2026 16:38:55**	**06/05/2026 16:38:55**

Tipo

PROJETO DE LEI

Número

302/2026

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

IRINY LOPES

Ementa:

Acrescenta item ao Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de utilidade pública a Associação, Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus - ACCRBC

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 340038003200330037003500 3A004300, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROJETO DE LEI N° /2026

"Acrescenta item ao Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de utilidade pública a Associação, Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus - ACCRBC"

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DECRETA:

Art. 1° O Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, passa a vigorar acrescido de item com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a "Associação, Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus - ACCRBC."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 06 de maio de 2026.

IRINY LOPES
DEPUTADA ESTADUAL (PT/ES)

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 340038003400350033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

GABINETE DEPUTADA IRINY LOPES
Av. Américo Buaiz, n° 205, Gabinete 804, Enseada do Suá, Vitória/ES, 29050-950

JUSTIFICATIVA

A Associação, Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus - ACCRBC, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 14 de janeiro de 2020, registrada no Cartório do Primeiro Ofício da 2ª Zona da Serra. A entidade destaca-se pela execução de programas e projetos que visam a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e Social em prol da comunidade de Balneário de Carapebus.

A concessão do título de utilidade pública estadual é fundamental para ampliar e consolidar as iniciativas desenvolvidas pela Agência, permitindo maior acesso a editais, parcerias e recursos que viabilizem a expansão de seus projetos, visando ao fortalecimento de parcerias que beneficiem diretamente a comunidade.

Ressalta-se que a ACCRBC atua com transparência e idoneidade, não remunerando os membros de sua diretoria e observando rigorosamente as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e da Lei Estadual nº 10.976/2019, que estabelecem os critérios para o reconhecimento como entidade de utilidade pública.

Diante da relevância social, do interesse público e da legalidade que envolvem a presente proposta, confiamos no apoio dos nobres deputados desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto, assegurando a Associação, Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus - ACCRBC condições ainda mais sólidas para cumprir sua missão.

Sala das sessões, 06 de maio de 2026.

IRINY LOPES
DEPUTADA ESTADUAL (PT/ES)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://www3.al.es.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 340038003400350033003A005000

Assinado eletronicamente por **Iriny Lopes** em **06/05/2026 16:38**
Checksum: **4AF77A9C5CDF31EA71172ABF58899B60B82103927F4783B2183BEBAFC0B4B394**

ESTATUTO ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - 2ª ZONA
Eteluina Abreu do Vale Ruy
Oficiala e Tabeliã
SERRA - ES

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS, DURAÇÃO E FINALIDADE.

Art. 1º -A ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS- ACCRBC – é pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade civil de fins não lucrativos, por tempo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, político-comunitária, livre de discriminação religiosa, racial ou social, regendo- se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Art.2º A Associação tem sede e foro na Cidade de Serra, Estado de Espírito Santo, na Rua Goiabeiras, 32 – Qd. 58 no Bairro Balneário de Carapebus- Serra- ES- CEP: 29164-854.

Art. 3º- A Associação terá por finalidade:

I – Congregar os moradores, proprietários de imóveis e de empreendimentos comerciais do Bairro Balneário de Carapebus que, através de manifestações e ações diretas, se comprometam a propugnar, pela melhoria da qualidade de vida em sua área de atuação;

II- A promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

III – estimular e apoiar a defesa dos interesses comunitários, fomentando o desenvolvimento do espírito associativo, buscando e oferecendo subsídios, sempre que possível, com recursos técnicos, materiais e humanos;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

IV – Proporcionar a ampliação da organização comunitária dentro de sua área de atuação, a fim de que os mesmos possam melhor reivindicar seu direito às diversas políticas institucionais de desenvolvimento urbano sustentável;

V – Prestar assessoria aos moradores, encampando seus pleitos nas relações com os diversos entes do Poder Público em suas instâncias municipal, estadual e federal;

VI – Propiciar espaços de reflexão onde os moradores possam, em conjunto, traçar planos para alcançar melhorias localizadas ou integradas a todo o Município;

VII- Atuar de forma integrada com outras Associações Comunitárias e projetos sociais e comunitários;

VIII – Encaminhar as demandas comunitárias aprovadas em Assembleias, ordinárias ou Extraordinárias, aos entes do Poder Público;

IX – Elaborar projetos de âmbito local, principalmente aqueles que contemplem o desenvolvimento sustentável, destinados a atender às necessidades dos moradores, dentro de sua área de atuação;

X – Buscar a promoção de seminários, debates, palestras, cursos, encontros e outras iniciativas, no sentido de formular e sistematizar propostas que atendam às necessidades da população abrangida pela ASSOCIAÇÃO;

XI – Buscar a captação de recursos financeiros e técnicos para projetos próprios, priorizando aqueles que contemplarem a formação e o resgate da cidadania;

Capítulo II – Dos Associados

Seção I – Da admissão, demissão e exclusão.

Autenticar documento em https://www3.ar.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A005000052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Artigo 4º – São filiados à ASSOCIAÇÃO, os moradores residentes, proprietários de imóveis ou empreendimentos comerciais do bairro Balneário de Carapebus que concordem com as disposições deste Estatuto, assinando a ficha de cadastramento e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da Entidade;

Artigo 5º – É permitida a **demissão** do Associado, desde que manifestada por escrito, diretamente à Presidência da Diretoria Executiva.

Artigo 6º – A **exclusão** do Associado dar-se-á, automaticamente, por morte física ou incapacidade civil não suprida, e ainda pelo fato de deixar de morar na Comunidade, por transferência definitiva de seu domicílio.

§ 1º – A exclusão também será aplicada pela Diretoria Executiva ao Associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois do infrator ter sido notificado por escrito, assegurada sua ampla defesa.

§ 2º – O indiciado poderá recorrer à Assembleia Geral Extraordinária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação
§ 3º – O recurso terá efeito suspensivo até a realização da Assembleia.

Seção II- Dos direitos, deveres e responsabilidades.

Artigo 7º – São direitos do Associado:

a) gozar de todas as vantagens e benefícios que a ASSOCIAÇÃO venha a proporcionar;
b) estar cadastrado na ASSOCIAÇÃO;
c) votar e ser votado para qualquer cargo eletivo da ASSOCIAÇÃO;
d) participar das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, com direito a voz e voto sobre os assuntos que nelas se tratarem;

Autenticar documento em https://www3.tjl.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A005000052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

e) apresentar moções, propostas e reivindicações a qualquer dos órgãos da ASSOCIAÇÃO;

f) solicitar, a qualquer tempo, esclarecimento e informações sobre as atividades da ASSOCIAÇÃO, propondo medidas que julgar de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;

g) solicitar a convocação de Assembleia Geral e dela participarem, nos termos e condições previstos neste Estatuto;

h) solicitar sua exclusão da ASSOCIAÇÃO quando lhe convier.

Artigo 8º – São deveres do Associado:

a) observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Assembleia Geral e cumpridas pela Diretoria Executiva;

b) respeitar os compromissos assumidos para com a ASSOCIAÇÃO;

c) manter-se em dia com as suas contribuições, eventualmente fixadas em Assembleia Geral;

d) colaborar com sua participação ativa e por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e o progresso da ASSOCIAÇÃO e da Comunidade em geral.

Artigo 9º – Os Associados não responderão, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela ASSOCIAÇÃO.

Capítulo III
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Associação tem como órgãos deliberativos e administrativos a Assembleia Geral, A Diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 11. A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade, será constituída por todos os sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 12. São atribuições da Assembleia Geral:

I - Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;

II - Elaborar e aprovar o Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS;

III - Deliberar sobre o orçamento anual e sobre o programa de trabalho elaborado pela Diretoria, ouvido previamente quanto àquele, o Conselho Fiscal;

IV - Examinar o relatório da Diretoria e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal;

V - Deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes à Associação;

VI - Autorizar a celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas;

VII - decidir sobre a extinção da Associação e o destino do patrimônio.

Art. 13. A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente de forma semestral ou quando convocada pelo seu presidente, por seu substituto legal ou ainda por no mínimo 1/3 de seus membros, para:

a) Tomar conhecimento da dotação orçamentária e planejamento de atividades para a Associação;

b) Deliberar sobre o relatório apresentado pela Diretoria sobre as atividades referentes ao exercício social encerrado.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

c) Deliberar sobre as ações desenvolvidas pela Associação e demais deliberações visando o cumprimento das finalidades e competências da diretoria e Associação, conforme as necessidades;

Art. 14. A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

I - por seu Presidente;

II - pela Diretoria;

III - pelo Conselho Fiscal;

IV - por 1/3 de seus membros.

Art. 15. A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita mediante edital, com pauta dos assuntos a serem tratados, a ser afixado em local de grande circulação de pessoas e/ou sede da entidade, com antecedência mínima de sete (7) dias.

§ 1° O quórum para a instalação da Assembleia Geral, reuniões ordinárias e extraordinárias será de, no mínimo, metade dos moradores associados que estejam cadastrados, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda convocação, para a mesma data e local, meia hora depois.

Art. 16. A Diretoria é composta por 9 membros, divididos em 6 (seis) titulares e 3 (três) suplentes, conforme:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III – Secretaria Geral;

IV – Tesouraria;

Autenticar documento em https://www3.tjes.jus.br/autenticidade com o identificador 320037003200380036003600360003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

V – Diretoria Social;

VI- Diretoria de Comunicação;

VII – Suplentes.

Parágrafo único. O mandato dos integrantes da Diretoria será de três anos, permitida a reeleição.

Art. 17. O Vice-Presidente substitui o Presidente em seus impedimentos inclusive ocorrendo a vacância. Ocorrendo vaga em qualquer outro cargo de titular da Diretoria, caberá ao suplente substituí-lo até o fim do período para que foi eleito escolhido pela Diretoria em reunião específica.

Art. 18. Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes da Diretoria, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 19. Compete à Diretoria:

I - Elaborar e executar o programa anual de atividades;

II - Elaborar e apresentar a Assembleia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;

III - Elaborar o orçamento da receita e despesas para o exercício seguinte;

IV - Elaborar os regimentos internos e de seus departamentos;

V - Entrosar-se com instituições públicas e privadas, para mútua colaboração em atividades de interesse comum.

Este documento foi conferido eletronicamente em https://www.3rtabelionato.com.br com o identificador 3200370032003800360036003A005000052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art.20. Compete ao Presidente:

I - Representar a Associação judicial e extrajudicialmente;

II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os demais regimentos internos;

III - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV - Dirigir e supervisionar todas as atividades da Associação;

V - Assinar quaisquer documentos relativos às operações ativas da Associação.

Art.21- Compete ao Vice-Presidente:

I – Substituir o Presidente em suas atribuições;

II -- Representar a Associação;

III – Zelar pelo funcionamento da Associação e apoiar as ações das Diretorias e Presidência;

Art. 22- Compete a Secretaria Geral:

I - Secretariar as reuniões das Assembleias Gerais e da Diretoria e redigir atas;

II- Elaborar documentos e registros das Atividades;

III - Manter organizada a secretaria, com os respectivos livros e correspondências.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370032003800360036003A005000520041 00, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

III- Supervisionar a permanente atualização do cadastro dos moradores associados, contendo o nome de todos os moradores, principalmente na época da realização das Assembleias;

Art. 23. Compete ao Tesoureiro:

I - Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados à Associação, mantendo em dia a escrituração;

II - Efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Associação;

III - acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da Associação, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;

IV - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;

V - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;

VI - Apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;

VII - publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;

VIII - elaborar, com base no orçamento realizado no exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembleia Geral;

IX - Manter todo o numerário em estabelecido de crédito;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A005000052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

X - Conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;

XI - Assinar, em conjunto com o Presidente, todos os cheques emitidos pela Associação.

Art. 24. Compete a Diretoria Social, através do Departamento educacional:

I - Realizar ações voltadas ao bem comum da comunidade;

II - Viabilizar parcerias visando à formação e qualificação dos membros da Associação e filiados;

III - Promover atividades voltadas para a emancipação social da comunidade.

Art.25- Compete a Diretoria Social, através do Departamento de Esportes

I - Viabilizar atividades voltadas à propagação e difusão do esporte;

II - Apoiar práticas esportivas visando à inclusão social;

III - Realizar ações esportivas, em parcerias com outras secretarias visando o fortalecimento da Associação;

Art.26- Compete a Diretoria Social, através do Departamento de Cultura e eventos:

I - Promover atividades culturais, visando o fortalecimento da cultura, geração de renda, lazer e inclusão social;

II - Realizar atividades comemorativas visando o bem-estar dos moradores/ associados;

Autenticar documento em https://www.viaal.com.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

III – Realizar atividades voltadas às crianças (até os 12 anos de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA), aos adolescentes (de 12 aos 18 anos também de acordo com o ECA), aos jovens adultos (de 18 aos 24 anos) aos adultos e aos idosos.

Art.27- Compete a Diretoria de Comunicação:

I - Dar visibilidade a todas as ações desenvolvidas pela ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS;

II - coordenar as redes sociais ligadas a Associação;

III - Trabalhar em consonância com a secretaria geral para publicizar, ações, eventos, atividades entre outras.

Art. 28. O Conselho Fiscal será constituído por 03 titulares e 03 suplentes, sendo pessoas de reconhecida idoneidade, eleitos em escrutínio secreto, no mesmo processo de eleições para a diretoria.

Art. 29. Compete ao Conselho Fiscal:

I - Examinar os documentos e livros de escrituração da entidade;

II - Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;

III - Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;

IV - Opinar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à Associação.

Autenticar documento em http://www.3rtabelionato.com.br com o identificador 320037003200380036003600 3A005000052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal reunir-se-á a cada seis (6) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 30. Ocorrendo vaga em qualquer cargo do titular do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para qual foi eleito.

Capítulo IV

DO PATRIMÔNIO, SUA CONSTITUIÇÃO E UTILIZAÇÃO.

Art. 31- O patrimônio da ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS, será composto de:

a) dotações ou subvenções eventuais, diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos Públicos da Administração direta e indireta;

b) auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;

c) doações ou legados;

d) produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades;

e) rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

f) rendas em seu favor constituídas por terceiros;

g) rendimentos decorrentes de títulos ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

h) usufruto que lhes forem conferidos;

i) juros bancários e outras receitas de capital;

j) valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;

k) contribuição de seus associados;

l) Bens móveis e imóveis adquiridos ou recebidos em doação.

Autenticar documento em https://www.al.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A005000052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Parágrafo único. As rendas da Associação somente poderão ser realizadas para a manutenção de seus objetivos.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - 2ª ZONA
Dr.ª Elaine Abreu do Valle Ribeiro
Oficiala e Tabeliã
SERRA - ES

Capítulo V

DO PROCESSO ELEITORAL

Das eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal

Art.32- As eleições gerais para cargos eletivos da primeira diretoria, serão realizadas na Assembleia de fundação da entidade, com mandato de 03 (três) anos, em pleito divulgado em áreas de grande circulação de pessoas, em mídia impressa, em mídia eletrônica (redes sociais), e/ou afixado na sede da entidade, pelos presentes, considerados sócios fundadores.

Art.33- A partir da primeira renovação da Diretoria e Conselho Fiscal, A diretoria executiva publicará por meio de Edital afixado em locais de grande circulação de pessoas, em mídia impressa, em mídia eletrônica (redes sociais), e/ou afixado na sede da entidade, o competente Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, especificando a eleição da comissão eleitoral, o Regimento Eleitoral, o prazo para inscrição das chapas, bem como o dia, local e hora da realização do pleito.

Art. 34- A forma de eleição da diretoria e conselho fiscal consistirá na apresentação de chapas, por meio de ficha individualizada por chapa nos quais deverão conter os cargos, os nomes completos dos candidatos correspondentes e suas respectivas assinaturas, acompanhadas de cópias de RG, CPF e comprovante de residência.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A005000520041100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Parágrafo Único – Cada candidato somente poderá participar de uma única chapa.

Art. 35- A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, será feita por voto universal, direto e secreto, somente podendo exercer essa prerrogativa o Associado e seus dependentes, no gozo de seus direitos estatutários, e que já tenha alcançado idade superior a 16 (dezesseis) anos, portando RG e comprovante de residência nominal e devidamente cadastrado pela Associação.

§ 1° – Não será permitido, em qualquer hipótese, o voto por procuração.

Art.36- As atribuições da Comissão Eleitoral dissolvem-se após a regularização das chapas proclamadas eleitas.

Capítulo IV
DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
– Do Exercício Social

Artigo 37 – O Exercício social coincide com o ano civil e, ao seu final, serão elaboradas as demonstrações financeiras para apreciação do Conselho Fiscal, sendo posteriormente submetidas à Assembleia Geral, na forma do presente Estatuto.

Parágrafo Único – Juntamente com as demonstrações financeiras, serão submetidos à apreciação do Conselho Fiscal os balancetes mensais, Balanço geral do Exercício e balanço patrimonial, tudo englobado pelo relatório das atividades desenvolvidas durante o último período anual pela Diretoria Executiva.

Artigo 38 – A ASSOCIAÇÃO não distribuirá lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes ou associados, sendo que todo o eventual superávit será reaplicado

Autenticar documento em https://www3.tjes.jus.br/autenticidade com o identificador 320037003200380036003600 3A005000520041 00, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

nos objetivos-fins da ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO - 2ª ZONA
Dr.ª Evaluna Abreu do Valle Ribeiro
Oficiala e Tabeliã
SERRA - ES

Capítulo VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.39- Os sócios e dirigentes da ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

Art.40- Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissionais à Associação serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas

Art. 41- A ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS, somente extinguir-se-á nos casos legais ou por deliberação da Assembleia Geral, reunida extraordinariamente por convocação feita nas condições previstas neste Estatuto, sendo que o quórum mínimo será de 2/3 (dois terços) dos associados, após apreciação e defesa ampla das razões que venham a embasar tal decisão.

Art. 42- Em caso de ser dissolvida a ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS e na hipótese de haver resíduo patrimonial, este será destinado à instituição similar, com finalidades não econômicas, reconhecida de utilidade pública federal, estadual ou municipal, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, em sua reunião que determinar a dissolução, respeitados, no entanto, os compromissos específicos previstos em convênios, contratos e outros quaisquer ajustes, firmados na forma da legislação vigente.

Autenticado digitalmente em https://www3.tjes.jus.br/autenticidade com o identificador 320037003200380036003600 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 43- ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS será composta por número ilimitado de sócios, distribuídos em categorias de fundadores e sócios contribuintes;

Art. 44- O orçamento da ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS será anual e compreenderá todas as receitas e despesas, compondo-se de estimativa de receita, discriminadas por dotações e discriminação analíticas das despesas de modo a evidenciar sua fixação para cada órgão, sub-órgão, projeto ou programa de trabalho.

Art.45- Todos os cargos diretivos da ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS, são exercidos em caráter de gratuidade, sendo considerados de relevante interesse público.

Art. 46- A entidade observará os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade e dará publicidade ao relatório de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço- FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

Art.47- Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral, ficando eleito o foro da Comarca de Serra, para sanar possíveis dúvidas.

Art.48- O presente Estatuto da ASSOCIAÇÃO, CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS entra em vigor na data de sua promulgação,

Autenticado digitalmente em https://www3.cartorios.gov.br/autenticidade com o identificador 320037003200380036003600 3A005000520041 00, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

através da assinatura da Diretoria Executiva, conforme deliberação dos comunitários presentes à Assembleia Geral Extraordinária para Aprovação Estatutária, tendo validade jurídica após seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas competente.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - 2ª ZONA - SERRA - ES - Dr. Eteluza Alves Ribeiro - Oficiala Registradora e Tabeliã

Serra, 04 de dezembro de 2019.

CARTÓRIO CARAPINA

Daniel Justo Botelho Junior

Presidente da Assembleia de Fundação

CARTÓRIO CARAPINA

Paulo Marcio Almeida Guimarães

Secretário da Assembleia Geral

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DO DISTRITO DE CARAPINA DA COMARCA DA SERRA
Av. Civil, nº 1.265 - Pq. Residencial Laranjeiras - Distrito de Carapina - Serra - ES - CEP: 29.165-032 - CNPJ nº 33.017.446/0001-77
Reconheço por semelhança a firma de PAULO MARCIO ALMEIDA GUIMARAES, CLAUDIA PATRICIA DOS SANTOS, EDMAR DA SILVA GOMES, CLAUDIA SERAFIM CARVALHO.
Serra-ES, 16/12/2019, 12:11:01. Em Test°
Thais de Oliveira Tavares - Escrevente
Selo Digital: 024547.IMC1910.51005
Emolumentos: R$ 11,84 Encargos: R$ 3,00 Total: R$ 14,84

DIRETORIA EXECUTIVA

CARTÓRIO CARAPINA

Presidente - CLÁUDIA PATRICIA DOS SANTOS

CARTÓRIO CARAPINA

Vice-Presidente – EDMAR DA SILVA GOMES

CARTÓRIO CARAPINA

Secretaria Geral - CLÁUDIA SERAFIM CARVALHO

Autenticar documento em https://www3.cartorios.es.gov.br/autenticidade com o identificador 3200370032003800360036003A005000052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ACBC

Tesoureiro: PAULO MARCIO ALMEIDA GUIMARÃES

Diretora Social– DANIELLY CARVALHO DA SILVA RAMOS

Diretor de Comunicação – YURI ARMSTRONG BORGES LOUREIRO

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DO DISTRITO DE CARAPINA DA COMARCA DA SERRA

Av. Civit, nº 1.265 - Pq. Residencial Laranjeiras - Distrito de Carapina - Serra - ES - CEP: 29.165-032 - CNPJ nº 33.017.448/0001-77

Reconheço por semelhança a firma de **PAULO MARCIO ALMEIDA GUIMARAES, DANIELLY CARVALHO DA SILVA RAMOS, YURI ARMSTRONG BORGES LOUREIRO.** Serra-ES, 16/12/2019, 12:14:51.

Em Test° da verdade.

Thais de Oliveira Tavares - Escrevente

Selo Digital: 024547.IMC1910.51014

Emolumentos: R$ 8,66 Encargos: R$ 2,25 Total: R$ 11,13

CARTÓRIO CARAPINA Av. Civit, nº 1265 Pq. Res. Laranjeiras Serra-ES

CARTÓRIO 1º Ofício 2º Zona Serra-ES

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO 2ª ZONA - SERRA -ES
Tabeliã e Oficiala: Etelvina Abreu do Valle Ribeiro
Av. Eudes Scherrer de Souza, 1350 - Laranjeiras - Serra - ES
Cep.: 29165-680 - Telefax: +55(27)3328-0455 - Comarca da Capital
www.cartorioserra.com.br - cartorio@cartorioserra.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Protocolado sob o Nº 19.919 e Registrado no Livro A sob o Nº 8.462 em 14/01/2020.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Serra - ES, 14/01/2020

Etelvina Abreu do Valle Ribeiro - Oficiala e Tabeliã

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO 2ª ZONA - SERRA -ES
Tabeliã e Oficiala: Etelvina Abreu do Valle Ribeiro
Av. Eudes Scherrer de Souza, 1350 - Laranjeiras - Serra - ES
Cep.: 29165-680 - Telefax: +55(27)3328-0455 - Comarca da Capital
www.cartorioserra.com.br - cartorio@cartorioserra.com.br

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização

022954.IVS1908.00056

Emolumentos: R$ 333,38
Encargos: R$ 83,71
Total: R$ 417,09

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Título PJ - 19919

Cartório do 1º Ofício 2º Zona da Serra - ES
ETELVINA ABREU DO VALLE RIBEIRO
Tabeliã e Oficiala Titular
VANIA ABREU DO VALLE VENTURA
UNO DO VALLE COUTO TEIXEIRA
RDO DO VALLE COUTO TEIXEIRA
DO VALLE COUTO TEIXEIRA FARDIN
Substitutos

ACBC

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370032003800360036003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ACBC

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS - ACBC, REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2026.

Aos vinte e oito do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, na Rua das Laranjeiras , n 136, no bairro Balneário de Carapebus, Serra/ES, 29164-846,a **Associação Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus CNPJ 36.485.364/0001-56**, reúne-se em Assembleia Geral extraordinária para eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal para o período de 28/01/2026 a 28/01/2029. Após feita a chamada havendo "quórum", às dezenove horas e trinta minutos, foram iniciados os trabalhos com as palavras do presidente Sr. Daniel Justo Botelho Junior, designado presidente da assembleia para conduzir o processo de eleição e posse da diretoria, bem como Claudia Serafim Carvalho foi escolhida como Secretária da Assembleia. Havendo a inscrição de uma única chapa, iniciou-se o debate e após a exposição de propostas de pauta e votação, foram eleitos os seguintes membros para a Diretoria **Presidente:** Denilza Cravinho Vieira, Brasileira, divorciada, micro empreendedora individual, residente à Rua Jenipapeiro,115, Balneário de Carapebus, Serra/ES, CEP 29.164-849, CPF 082.271.167-28, CI 1508453.**Vice-Presidente:** Luiz Alberto Faustino da Silva, Brasileiro, solteiro, Autônomo, Rua: acácia 1328, Bairro: balneário Carapebus, Cep 29164-832, CPF. 112.244.947.09, RG:3.450.071 - ES; **Secretaria**: Bianca Andrade de Amorim, Brasileira, Solteira, assistente administrativa, residente à rua da Casuarina, 1190, Balneário de carapebus - Serra/ES, CEP 29164-572, CPF 016.488.646-00 ,RG 13664660 - MG;**Tesouraria:** Viviane Souza Mattos de Assis, Brasileira, casada, assistente administrativo, residente à rua Cangerona n 303, Balneário de Carapebus - Serra/ES, CEP 29164-887; CPF. 017.365.837-78, RG:1135183 - ES **Diretoria Social:** Claudia Serafim Carvalho, Brasileira, casada, coordenadora de projetos, residente à rua Jaqueira, 415 - Balneário de Carapebus, Serra/ES, CEP 29.164-833, CPF 085.197.767-79, CI 1375660 - SSP/ES; **Diretoria de Comunicação:** Claudia Patricia dos Santos, Brasileira, solteira, residente à Rua das Goiabeiras, 32, Balneário de Carapebus - Serra/ES CEP: 29.164-874, CPF 024.553.677-97,RG 1.165.858; **DIRETORIA - SUPLENTES** Daniel Justo Botelho Junior, Brasileiro, casado, aposentado, residente a Av Beira Mar, 2428 - Balneário de Carapebus, Serra/ES, CEP 29.164-880, CPF 283.334.547-04, CI 211.250 - SSP/ES; Elizangela Gonçalves Marinho da Silva, Brasileira, Casada, dona de casa, residente à Rua das castanheiras, 161, Balneário de Carapebus, Serra/ES. CPF 09721366730, RG 3446310; Layane Marinho de Magalhães , Brasileira, solteira, residente à rua das castanheiras 161 Balneário de Carapebus, CPF 15922387774, RG 3508369 - ES. **CONSELHO FISCAL - EFETIVOS:** Ezequiel Rodrigues, Brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua dos Cravos, s/n, Balneário de Carapebus, Serra/ES, CEP 29.164-880, CPF 001.795.777-00, CI 912.229 - SSP/ES; Valmirá Luis Austáquio da Costa, Brasileiro, casado, aposentado, residente à Rua Ficus, 140, Balneário de Carapebus, Serra/ES, CEP 29.164-845, CPF 231.188.736-04, CI 350.143 - SSP/MG; Gladys Maria Fernandes Magalhães, Brasileira, união estável, artesã, residente à avenida Safira, 182, São Patrício CEP 29175-010, CPF 32114508153, RG 4254466-ES; **CONSELHO FISCAL SUPLENTES:** Eliana Florêncio da Silva, Brasileira, manicure, casada, residente à rua do Oitizeiro, 566, Balneário de Carapebus, Serra/ES, CEP 29.164-882, CPF 040.113.116-51, CI 10945042 - SSP/MG;Maria de Lurdes Amorim, Brasileira, solteira, aposentada, residente à rua Bicuíba, 667, Balneário de Carapebus, Serra/ES CEP 29164-874, RG/CPF 652.821.247-34 PCIES; Rogério Dias Cidade, Brasileiro, casado, motorista, residente à rua da Pitangueira, 51, Balneário de Carapebus, Serra/ES, CEP 29164-858, CPF 655517875-00 RG 996060474-ES. Nada mais havendo a tratar, às vinte e uma horas, eu Claudia Serafim Carvalho, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada segue assinada pelos eleitos para a Diretoria e Conselho Fiscal.

Presidente da Assembleia
Daniel Justo Botelho Junior

Secretária da assembleia
Claudia Serafim Carvalho

Cartório do Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito de Carapina do Juízo de Serra da Comarca da Capital/ES
Av. Civit, nº 1565 - Pq. Res. Laranjeiras - Distrito de Carapina - Serra - ES (27) 3180-0760 (27) 99923-3534

Reconheço por semelhança a firma de DANIEL JUSTO BOTELHO JUNIOR. Serra-ES, 18/02/2026, 13:09:28
Em Testº _____ da verdade.
Vanessa de Aquino Benevides - Escrevente
Selo Digital: 024547.YCA2503.07997
Emolumentos: R$ 7,73 Encargos: R$ 1,91 Total: R$ 9,64
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br - Func: Vanessa de Aquino Benevides

Cartório do 1º Ofício - 2º Zona - Elaine Abreu do Valle Bastos - Oficiala e Tabeliã - Serra - ES

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370032003800360037003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Cartório do Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito de Carapina do Juízo de Serra da Comarca da Capital/ES
Av. Civit, nº 1265 - Pq. Resid Laranjeiras - Distrito de Carapina - Serra - ES (27) 3180-0760 (27) 99923-3534
AUTENTICAÇÃO - 1 (uma) cópia(s) frente Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original autenticando-a nos termos do Art.7º-V da Lei 8935/94. Serra-ES, 18/02/2026, 13:12:57.
Selo Digital: 024547.YCA2503.48000 R$ 4,29
Encargos: R$ 1,06 Total: R$ 5,35. Consulte a autenticidade em www.tjes.jus.br - Func. Vanessa de Aquino Benevides
CARTÓRIO CARAPINA Av. Civil, 1265 Serra-ES

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370032003800360037003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

DECLARAÇÃO

Eu, **DENILZA CRAVINHO VIEIRA**, Presidente da **ACBC – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS**, inscrita no CNPJ sob o número 36.485.364/0001-56, com sede estatutária a Avenida Beira Mar, n 2428, anexo I, Bairro Balneário de Carapebus, Cep. 29164-880, Serra/ES, ATESTA que os cargos da Diretoria da Entidade não são remunerados e que a instituição presta serviços relevantes de interesse público, sem custos para a população de Balneário de Carapebus.

Atenciosamente,

Denilza Cravinho Vieira

Presidente

27 99889-7459

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Cartório do 1º Ofício 2ª Zona - Serra - Comarca da Capital
Etelvina Abreu do Valle Ribeiro
Oficiala e Tabeliã

CERTIDÃO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

A Dra
Etelvina Abreu do Valle Ribeiro
Oficiala Titular do Cartório do 1º Ofício, 2ª Zona da Serra, Comarca da Capital, concursada e nomeada na forma da lei, etc.

CERTIFICA E DÁ FÉ que, a requerimento de parte interessada, revendo os Livros de **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS,** a partir de 03 de dezembro de 1984 (data da instalação do Cartório) até a presente data, verificou **CONSTAR REGISTRADA** no Livro A sob o **nº 8.462** de Ordem em 14.01.2020:

Denominação Social: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEÁRIO DE CARAPEBUS**

CNPJ nº: **36.485.364/0001-56**

Fundo Social: Sem fins lucrativos

Fins: I – Congregar os moradores, proprietários de imóveis e de empreendimentos comerciais do Bairro Balneário de Carapebus que, através de manifestações e ações diretas, se comprometam a propugnar, pela melhoria da qualidade de vida em sua área de atuação;

II – A promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

III – Estimular e apoiar a defesa dos interesses comunitários, fomentando o desenvolvimento do espírito associativo, buscando e oferecendo subsídios, sempre que possível, com recursos técnicos, materiais e humanos;

IV – Proporcionar a ampliação da organização comunitária dentro de sua área de atuação, a fim de que os mesmos possam melhor reivindicar seu direito às diversas políticas institucionais de desenvolvimento urbano sustentável;

V – Prestar assessoria aos moradores, encampando seus pleitos nas relações com os diversos entes do Poder Público em suas instâncias municipal, estadual e federal;

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO
VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

Av. Eudes Scherrer de Souza, 1350
Laranjeiras - Distrito de Carapina - Serra - ES
1º Ofício 2ª Zona - CEP: 29165-680 - Telefax: (27) 3328-0455
www.cartorioserra.com.br

Substituto Legal:
Vania Abreu do Valle Ventura
Assistentes:
Bruno do Valle Couto Teixeira
Leonardo do Valle Couto Teixeira
Camila do Valle Couto Teixeira Fardin
Rodrigo Silva Mussielo

Autenticar documento em https://www.tjes.gov.br/autenticidade com o identificador 320037005200380036003900 3A005000520041 00, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 26

100% RECICLADO

VI – Propiciar espaços de reflexão onde os moradores possam, em conjunto, traçar planos para alcançar melhorias localizadas ou integradas a todo Município;

VII – Atuar de forma integrada com outras Associações Comunitárias e projetos sociais e comunitários;

VIII – Encaminhar as demandas comunitárias aprovadas em Assembleias, ordinárias ou extraordinárias, aos entes do Poder Público;

IX – Elaborar projetos de âmbito local, principalmente aqueles que contemplem o desenvolvimento sustentável, destinados a atender às necessidades dos moradores, dentro de sua área de atuação;

X – Buscar a promoção de seminários, debates, palestras, cursos, encontros e outras iniciativas, no sentido de formular e sistematizar propostas que atendam às necessidades da população abrangida pela associação;

XI – Buscar a captação de recursos financeiros e técnicos para projetos próprios, priorizando aqueles que contemplarem a formação e o resgate da cidadania.

Sede: Rua Goiabeiras, 32 – Qd. 58, Bairro Balneário de Carapebus, CEP 29164 -854.

Foro: Serra/ES

Duração: Indeterminada

Fundação/Ato Constitutivo: 04.12.2019

Aprovação do Estatuto: 04.12.2019

Eleição: 04.12.2019

Posse: 04.12.2019

Duração do Mandato: 03 anos

Representante Legal: Compete ao presidente representar a associação judicial e extrajudicialmente.

Estatuto Reformável: -

Obrigação Social: Os sócios e dirigentes da associação não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

Condições de Extinção: A associação somente extinguir-se-á nos casos legais

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370032003800360039003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ou por deliberação da assembleia geral, reunida extraordinariamente por convocação feita nas condições previstas neste estatuto, sendo que o quórum mínimo será de 2/3 (dois terços) dos associados, após apreciação e defesa ampla das razões que venham a embasar tal decisão.

Destino do Patrimônio: Em caso de ser dissolvida a associação e na hipótese de haver resíduo patrimonial, este será destinado à instituição similar, com finalidades não econômicas, reconhecida de utilidade pública federal, estadual ou municipal, de acordo com a deliberação da assembleia geral, em sua reunião que determinar a dissolução, respeitados, no entanto, os compromissos específicos previstos em convênios, contratos e outros quaisquer ajustes, firmados na forma da legislação vigente.

Diretoria:		
Nome	**Função**	**CPF**
Cláudia Patrícia dos Santos	Presidente	024.553.677-97
Edmar da Silva Gomes	Vice-Presidente	110.838.367-06
Cláudia Serafim Carvalho	Secretário Geral	085.197.767-79
Paulo Marcio Almeida Guimarães	Tesoureiro	042.335.811-15
Danielly Carvalho da Silva Ramos	Diretoria Social	153.586.817-10
Yuri Armstrong Borges Loureiro	Diretoria de Comunicação	017.101.487-13
Arildo Rossi Guerra	Diretoria Suplente	756.811.967-04
Daniel Justo Botelho Junior	Diretoria Suplente	283.334.547-04
Eufrázio Pinheiro dos Santos	Diretoria Suplente	690.170.697-91

Conselho Fiscal		
Nome	**Função**	**CPF**
Marx Chaqman Borges Loureiro	Efetivo	071.842.077-26
Ezaquiel Rodrigues	Efetivo	001.795.777-00
Valmirá Luis Eustáquio da Costa	Efetivo	231.188.736-04
Silvio Roberto de Souza	Suplente	654.142.847-68
Veronica Maria Rangel	Suplente	004.535.291-78
Maisa Freire de Moura	Suplente	043.790.745-79

R. Nº 9.218/01-8.462: Ata da Assembleia Geral Ordinária datada de 17.06.2021, registrada em 10.08.2021.

2521499

1º Ofício
Av. Eudes Scherrer de Souza, 1330
Laranjeiras - Distrito de Carapina - Serra - ES
CEP: 29165-680 - Telefax: (27) 3328-0455
site: www.cartorioserra.com.br

Autenticar documento em https://www3.arisp.gov.br/legalidade
com o identificador 320087003200380036003900 3A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Substituto Legal:
Vania Abreu do Valle Ventura
Substitutos:
Bruno do Valle Couto Teixeira
Leonardo do Valle Couto Teixeira
Camila do Valle Couto Teixeira Fardin

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

1. Rerratificação à ata e estatuto da assembleia de constituição datada de 04.12.2019, com o objetivo de corrigir o final do mandato da diretoria. Onde se lê "terminando em abril de 2021" leia-se "terminando em 04.12.2022".

2. Consolidação estatutária.

R. Nº 10.198/02-8.462: Ata da Assembleia Geral Extraordinária datada de 06.11.2022, registrada em 28.12.2022.

1. Eleição da nova diretoria para mandato de 03 anos a contar de 05.12.2022 a 04.12.2025.

2. Posse dos eleitos.

Diretoria:		
Nome	**Função**	**CPF**
Daniel Justo Botelho Junior	Presidente	283.334.547-04
Denilza Cravinho Vieira	Vice-Presidente	082.271.167-28
Adrielli Ferraz Rangel	Secretário Geral	134.631.007-62
Paulo Marcio Almeida Guimarães	Tesoureiro	042.335.811-15
Luciana do Carmo Macedo	Diretoria Social	007.743.937-69
Thayllander Pires da Silva	Diretoria de Comunicação	124.244.176-01
Cláudia Serafim Carvalho	Diretoria Suplente	085.197.767-79
Cleumirlene Leite Arruda	Diretoria Suplente	094.742.487-37
Marx Chaqman Loureiro	Diretoria Suplente	071.842.077-26

Conselho Fiscal		
Nome	**Função**	**CPF**
Ezaquiel Rodrigues	Efetivo	001.795.777-00
Valmirá Luis Eustáquio da Costa	Efetivo	231.188.736-04
Yuri Armstrong Borges Loureiro	Efetivo	017.101.487-13
Rogério Dias Cidade	Suplente	655.517.875-00
Eva Aparecida dos Passos Andrade	Suplente	020.036.017-59
Eliana Florência da Silva	Suplente	040.113.116-51

R. Nº 10.675/03-8.462: Ata da Assembleia Geral Ordinária datada de 24.08.2023, registrada em 19.09.2023.

1. Mudança de endereço da associação para Avenida Beira Mar, 2428, Anexo 01, CEP 29164-880, Balneário de Carapebus, Serra/ES.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370032003800360039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

2. Exclusão de associados em débito de suas mensalidades a mais de 24 meses e/ou por solicitação dos mesmos;

3. Informes sobre movimentações da ACBC.

CERTIFICA FINALMENTE, não constar averbado nenhum outro ato no registro especificado.

Eu, Ana Flávia Oliveira Kiefer Teixeira, Escrevente, dei busca, digitei e assino.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Serra - ES, 20 de Outubro de 2023.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - 2º ZONA - Etelvina Abreu do Valle Ribeiro - Oficiala e Tabeliã

CARTÓRIO 1º Ofício 2ª Zona Serra-ES
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO 2º ZONA - SERRA - ES
Tabeliã e Oficiala: Etelvina Abreu do Valle Ribeiro
Av. Eudes Scherrer de Souza, 1350 - Laranjeiras - Serra - ES
Cep.: 29165-680 - Telefax: +55(27)3328-0455 - Comarca da Capital
www.cartorioserra.com.br - cartorio@cartorioserra.com.br

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização

022954.OPR2308.03144

Emolumentos: R$ 46,47
Taxas: R$ 11,68
Total: R$ 58,15

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Certidão TDPJ - 3208

Esta certidão só se refere ao (s) nome (s) e documento (s) tal como acima grafados, não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, invertidos, semelhantes ou resultantes de grafia no pedido respectivo. As certidões passadas pelos oficiais fazem a mesma prova dos documentos originais: • Lei Nº 10.406/2002 - Novo Código Civil, art. 216 e 217 • Lei 6.015/73, art.161.

2521500

Verifique este documento em https://www3.tjes.jus.br/autenticidade
Identificador: 320037003200300030003A00500052004100
Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
36.485.364/0001-56 **MATRIZ**		**14/01/2020**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO CULTURAL E RECREATIVA DE BALNEARIO DE CARAPEBUS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ACBC	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
330-1 - Organização Social (OS)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BEIRA MAR	**2428**	**ANEXO 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
29.164-880	**BALNEARIO DE CARAPEBUS**	**SERRA**	**ES**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ACBCDIRETORIA@GMAIL.COM	**(27) 9765-2713**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**14/01/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/03/2026** às **15:06:48** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370032003800370030003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

DECLARAÇÃO CONTÁBIL PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL

Eu, Mônica Porto, Contadora, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo – CRC/ES sob o nº 016492/O, na qualidade de responsável técnica pela escrituração contábil da entidade ACBC, declaro, para os devidos fins e especialmente para instrução de processo de concessão de Título de Utilidade Pública Estadual, que:

Após análise dos registros contábeis, documentos e práticas administrativas adotadas pela entidade, verifico que:

A ACBC realiza a arrecadação de valores junto aos seus associados de forma espontânea e não compulsória, caracterizando-se como contribuição voluntária, fixada em aproximadamente R$ 5,00 (cinco reais) mensais, a título de colaboração para manutenção de suas atividades institucionais.

Esclareço que o referido valor, quando considerado em sua totalidade anual, não excede o limite correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente, atendendo, portanto, ao disposto no item VI das exigências para reconhecimento de utilidade pública estadual.

Ressalto, ainda, que tal contribuição não possui natureza obrigatória, podendo o associado contribuir conforme sua livre manifestação de vontade, não havendo impedimento à participação daqueles que eventualmente não efetuem o referido pagamento.

Declaro, por fim, que as informações acima prestadas são verdadeiras, baseadas na documentação e controles contábeis da entidade, estando em conformidade com as práticas adotadas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para os devidos fins.

Serra/ES, 07 de abril de 2026.

_____

Mônica Porto

Contadora – CRC/ES nº 016492/O

Serra/ES, 05 de maio de 2026.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **Câmara Municipal da Serra, Estado do Espírito Santo**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.450.170/0001-24, neste ato representada por seu Presidente, Sr. William Fernando Miranda, atesta, para os devidos fins, que a **Associação Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.485.364/0001-56, com sede na Avenida Beira-Mar, nº 2428, Balneário de Carapebus, Serra/ES, encontra-se em pleno funcionamento desde o ano de 2019, desenvolvendo suas atividades de forma voluntária e sem fins lucrativos.

Destaca-se que a referida Associação foi declarada de Utilidade Pública Municipal, conforme a Lei nº 5.670, de 30 de dezembro de 2022.

Declara, ainda, que a entidade possui capacidade técnica, física e operacional para o desenvolvimento de eventos, projetos sociais, esportivos e competitivos, considerando as experiências adquiridas na execução de projetos realizados no Município da Serra/ES.

Ressalta-se que, até a presente data, não há registros de fatos que desabonem a conduta ou a responsabilidade da entidade no cumprimento de suas obrigações, confirmando, assim, sua idoneidade e aptidão para a execução das atividades propostas.

Atenciosamente,

WILLIAM FERNANDO MIRANDA
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Palácio Judith Leão Castello Ribeiro
Rua Major Pissarra, 245 - Centro – Serra - ES – CEP: 29.176-020 – TEL: (27) 3251-8300
Site: www.camaraserra.es.gov.br / E-mail: legislativo@camaraserra.es.gov.br

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Protocolar

Ação Realizada: Protocolado

Próxima Fase: Verificar a Existência de Proposições/Normas de mesma Natureza

A(o) Diretoria de Documentação e Informação,

Proposição protocolizada automaticamente pelo Software para Virtualização do Poder Legislativo - ALES DIGITAL.

Vitória, 6 de maio de 2026.

Protocolo Automático

-

Tramitado por, IRINY LOPES - Matrícula

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Verificar a Existência de Proposições/Normas de mesma Natureza

Ação Realizada: Não Existem Proposições/Normas Similares à Proposição Apresentada

Próxima Fase: Aguardar Análise da Presidência na SGM (Ales Digital)

A(o) Secretaria Geral da Mesa,

Não existem Proposições ou Normas similares à Proposição apresentada.

Vitória, 7 de maio de 2026.

ADRIANA DOS SANTOS FERREIRA FRANCO RIBEIRO
Analista Legislativo - 35889

Tramitado por, ADRIANA DOS SANTOS FERREIRA FRANCO RIBEIRO - Matrícula 35889

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3300390034003400320030003500 3A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Aguardar Análise da Presidência na SGM (Ales Digital)

Ação Realizada: Tramitação Regular

Próxima Fase: Leitura da Proposição Principal

A(o) Plenário,

Para inclusão da presente Proposição no Expediente da próxima Sessão Plenária.

Vitória, 11 de maio de 2026.

THOMAS BERGER ROEPKE
Assessor Sênior da Secretaria - 206885

Tramitado por, THOMAS BERGER ROEPKE - Matrícula 206885

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3300390034003400340034003500 3A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Leitura da Proposição Principal

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: Registro da Proposição Principal

A(o) Supervisão de Registro e Tramitação Legislativa - DIPROL,

À Comissão de Justiça na forma do artigo 276 do Regimento Interno.

Vitória, 11 de maio de 2026.

ALANE SILVA DE OLIVEIRA
Assessor Sênior da Secretaria - 211060

Tramitado por, ALANE SILVA DE OLIVEIRA - Matrícula 211060

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003400350039003000390003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Registro da Proposição Principal

Ação Realizada: Análise

Próxima Fase: Elaboração de Estudo de Técnica

A(o) Diretoria da Redação,

ÀDR para elaboração de estudo de técnica.

Vitória, 11 de maio de 2026.

ANTONIO DANIEL AGRIZZI
Analista Legislativo - 201574

Tramitado por, ANTONIO DANIEL AGRIZZI - Matrícula 201574

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003400360030003100370037003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Elaboração de Estudo de Técnica

Ação Realizada: Análise

Próxima Fase: Elaboração de Parecer Técnico na Procuradoria Geral

A(o) Procuradoria Geral,

Encaminhamos os autos com o Estudo de Técnica Legislativa para análise.

Vitória, 11 de maio de 2026.

TATIANA SOARES DE ALMEIDA
Diretor(a) de Redação (Ales Digital) - 201354

Tramitado por, CRISTIANE MONJARDIM RODRIGUES - Matrícula 207942

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003400360033003100320003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ESTUDO DE TÉCNICA LEGISLATIVA

Visando adequar o Projeto de Lei nº 302/2026 à técnica legislativa, às normas gramaticais, ao Manual de Normas de Redação Legislativa da Ales, publicado no DPL de 27.11.2015, e ao disposto na Lei Complementar Federal nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar Federal nº 107/2001, esta DR sugere as modificações abaixo, em destaque ao texto da matéria, que deverão ser acolhidas por ocasião da extração de autógrafos.

"PROJETO DE LEI Nº 302/2026

Acrescenta item ao Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus – ACBC, localizada no município de Serra.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, que consolidou a legislação em vigor referente à declaração de utilidade pública no âmbito do Estado, passa a vigorar acrescido de item, com a seguinte redação:

"Anexo Único, a que se refere o art. 1º desta Lei

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus – ACBC, localizada no município de Serra." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, 6 de maio de 2026.

IRINY LOPES
DEPUTADA ESTADUAL (PT/ES)

Em 11 de maio de 2026.

Tatiana Soares de Almeida
Diretora de Redação – DR

Luciana/Cristiane
ETL nº 344/2026

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3400380033003100310032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Elaboração de Parecer Técnico na Procuradoria Geral

Ação Realizada: Preparar Parecer

Próxima Fase: Encaminhamento para parecer técnico na Diretoria da Procuradoria

A(o) PROCURADOR - ALECIO JOCIMAR FAVARO,

De ordem do Exmo. Procurador-Geral,

Encaminho para elaboração de parecer técnico nos termos do artigo 16 do Ato nº 964/2018.

Após cumprimento do disposto no artigo 6º, inciso I e II do Ato nº 964/2018, encaminhem-se os autos a Sr. Coordenador da Setorial Legislativa, para opinar, na forma do artigo 10, inciso I, do referido Ato.

Por fim, ao Subprocurador-Geral Legislativo para parecer final e conclusivo, nos termos do artigo 9º, A, inciso VII, da Lei Complementar 287/2004.

(Portaria PGALES Nº 03/2018, publicada no DPL de 17 de agosto de 2018)

Vitória, 12 de maio de 2026.

CRISTINA PASSOS DALEPRANE
Analista Legislativo - 207866

Tramitado por, CRISTINA PASSOS DALEPRANE - Matrícula 207866

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003400360033003200360003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Encaminhamento para parecer técnico na Diretoria da Procuradoria

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: .Ciência e Providências

A(o) Diretoria da Procuradoria,

Diligência

Vitória, 13 de maio de 2026.

Alecio Jocimar Fávaro
Procurador - 203268

Tramitado por, MARTA GORETTI MARQUES - Matrícula 35821

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003400360036003900380003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PEDIDO DE DILIGÊNCIA

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 302/2026.

AUTORIA: Deputada Estadual Iriny Lopes.

EMENTA: “Acrescenta item ao Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de utilidade pública a Associação, Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus - ACCRBC”.

O Projeto de Lei em exame foi protocolado no dia 06 de maio de 2026 e visa declarar utilidade pública a Associação, Cultural e Recreativa de Balneário de Carapebus - ACCRBC, localizada no município da Serra/ES.

Ao que consta, foram reunidos muitos documentos no sentido de que a Associação agraciada efetivamente foi instituída e desenvolve suas atividades há mais de um ano de forma gratuita e destinada à coletividade, o que ressalta a sua importância e atendimento ao requisito objetivo temporal prescrito por Lei, citando-se:

a) Cópia do Estatuto Social da Associação, sob nº “1.4”;

b) Declaração do Contador que presta serviços à Associação, declarando a sua regularidade e que essa não recebe de seus associados valores maiores que um salário mínimo anual, sob nº “1.9” e “1.10”;

c) Certidão expedida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas e Jurídicas, certificando registro da Associação desde 14 de outubro de 2020, sob nº “1.7”;

d) Declaração do Presidente da Associação, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são remunerados e que a instituição presta serviços de relevante interesse público, sob nº “1.6”.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3400380063600350031003000003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No entanto, verifica-se que não foram apresentados: (i) documento expedido pelo Juiz de Direito, pelo representante do Ministério Público Estadual, pelo Presidente da Câmara Municipal, ou pelo Prefeito, da Comarca ou Município onde a organização funciona, para comprovar “efetivo funcionamento, há mais de um ano, de serviço desinteressado e gratuito prestado à coletividade”; e (ii) “atestado de atuação em conformidade com os objetivos estatutários emitido pelo conselho ou entidade de referência na área”, nos termos do art. 4º, incisos II e IV, da Lei nº 10.976/2019.

Em razão disso, sugiro o encaminhamento do Processo em diligência, para que a Ilustre Deputada Estadual Autora providencie a juntada aos autos de referido documento, posto que imprescindível para regular tramitação do Projeto de Lei nº 302/2026.

Palácio Domingos Martins, 13 de maio de 2026.

ALECIO JOCIMAR FÁVARO
Procurador da Assembleia Legislativa

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 340038003600350031003000300A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: .Ciência e Providências

Ação Realizada: Manifestação do Subprocurador Geral

Próxima Fase: Parecer do subprocurador

A(o) Subprocuradoria Geral - LEG,

Encaminho o presente processo para manifestação, quanto ao pedido de diligência solicitado pelo procurador designado.

Vitória, 13 de maio de 2026.

MARTA GORETTI MARQUES
Analista Legislativo - 35821

Tramitado por, MARTA GORETTI MARQUES - Matrícula 35821

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003400370034003600310003A005400, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://www3.al.es.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 330039003400370034003600310003A005400

Assinado eletronicamente por **MARTA GORETTI MARQUES** em **13/05/2026 14:15**
Checksum: **E18FCFC630466566A3C0ADE049828755875CD9F1C30A9F67039E35EBF25995CE**

Processo: 9838/2026 - PL 302/2026

Fase Atual: Parecer do subprocurador

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: .Ciência e Providências

A(o) Gab. Dep. Iriny Lopes,

À Excelentíssima Senhora Deputada estadual Iriny Lopes segue pedido de diligência de juntada de documento conforme exigência de legislação estadual. Respeitosamente aproveito a oportunidade para renovar meus votos de profundo respeito.

Vitória, 14 de maio de 2026.

VINICIUS OLIVEIRA GOMES LIMA
Subprocurador Geral Legislativo - 208337

Tramitado por, VINICIUS OLIVEIRA GOMES LIMA - Matrícula 208337

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003400370034003900370003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.